



Por Maria Cristina Fernandes

No Valor desde a fundação, foi editora de política por 15 anos do jornal. Também foi editora de Política da "Gazeta Mercantil" e subeditora da revista "Veja"

Maria Cristina Fernandes: Mobilização sindical custa a chegar ao Brasil

No Reino Unido, motoristas conseguem relação formal com o Uber, e nos EUA, a Amazon enfrenta a maior mobilização sindical do pós-guerra. Enquanto isso, no Brasil, nenhum dos projetos com garantias aos entregadores de aplicativos avança

De São Paulo

23/04/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas



— Foto: Nelson Provazi

Num espaço de menos de dois meses, duas decisões sacudiram o trabalho em empresas da economia digital. Em fevereiro deste ano, a Suprema Corte do Reino

Unido decidiu, por unanimidade, que os motoristas do Uber não são trabalhadores autônomos. E, sim, pessoas que mantêm uma relação de “subordinação e dependência” em relação à empresa. Por isso, são elegíveis a direitos como salário mínimo, férias e cobertura previdenciária.

A decisão, que beneficiou 70 mil trabalhadores em todo o país, colocou o Reino Unido pós-Brexit como um paradigma de garantias inexistentes na União Europeia em empresas de aplicativos. O primeiro-ministro, Boris Johnson, pouco fez para incrementar as condições de trabalho no país. Foi o Judiciário e não a liderança separatista de Johnson, cuja campanha pró-Brexit foi baseada na perspectiva de transformar o Reino Unido no paraíso do mundo do trabalho, que estabeleceu esse novo paradigma.

No início de abril foi a vez de os trabalhadores da Amazon em Bessemer, no Alabama, empreenderem a mobilização trabalhista de maior repercussão nos EUA do pós-guerra. A campanha pela sindicalização na Amazon atraiu movimentos como o “Black Lives Matter”, parlamentares de ambos os partidos (Bernie Sanders e Marco Rubio) e artistas como Danny Glover (“A Cor Púrpura”). Motivou ainda um discurso histórico do presidente Joe Biden.

“A América não foi construída por Wall Street, mas pela classe média, e a classe média foi construída pelos sindicatos”, disse Biden, dias antes das eleições internas na empresa. “Não sou eu quem decide se um trabalhador deve se sindicalizar, mas também não é o empregador. A escolha é dos trabalhadores”, completou, sem citar a Amazon, mas se referindo nominalmente à mobilização de Alabama como de “importância vital num momento em que a pandemia revelou as disparidades gritantes existentes no país.”

O discurso de Biden vai na mesma linha do pacote de U\$ 2 trilhões de soerguimento da economia americana. Anunciado como um impulso à infraestrutura, o conjunto de propostas é criticado pelos republicanos por prever comparativamente poucos investimentos em estradas, pontes, portos ou aeroportos. As propostas privilegiam a qualidade da água das escolas, habitação para a baixa renda, assistência social para idosos e portadores de deficiência, linhas férreas mais rápidas, banda larga em comunidades desfavorecidas e prédios públicos com economia de energia.

O pacote, motivado pela ideia de que o ganho de produtividade também vem da melhoria nas condições de vida da população, surpreendeu e confirmou a ideia de que Biden ambiciona estabelecer um paradigma de bem-estar social à la Franklin Roosevelt e de viés trabalhista à la Harry Truman, que conteve o avanço, nos Estados, de leis antissindicais baseadas no “direito ao trabalho”.

Nem mesmo o apoio de Biden, porém, foi capaz de garantir a vitória dos trabalhadores pró-sindicalização da Amazon. Em 8 de abril, metade dos 5.805 trabalhadores da unidade de Besserman votaram sob o escrutínio, via Zoom, de mais de 200 jornalistas e advogados. Dos votantes, 738 optaram pela sindicalização, 1.798 a rejeitaram e os demais votaram em branco ou tiveram seus votos anulados. Prevaleceu a Amazon, que se valeu de uma maciça campanha das redes sociais aos banheiros da empresa e do argumento de que seus 1,3 milhão de funcionários (segunda maior empregadora do país, atrás do Walmart) já dispõem do piso salarial de US\$ 15. O valor é o dobro do mínimo federal, cuja elevação tem enfrentado resistência no Congresso americano.

Ao contrário da maioria das empresas do país, cujo baque da pandemia ainda mantém a economia com 8,4 milhões de postos de trabalho a menos do que há um ano, a Amazon dobrou seu lucro no quarto trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da derrota, a mobilização colocou a necessidade de

fortalecer os sindicatos do país na agenda política. Em artigo no “The New York Times”, Paul Krugman disse que os trabalhadores perderam poder de barganha à medida que as políticas antitruste foram incapazes de conter a dominância corporativa sobre mercados cada vez maiores. “Não precisamos de sindicatos fortes para equilibrar o campo na economia. Precisamos deles também para equilibrar o jogo político”, concluiu.

Um grande empresário brasileiro que acompanha com lupa a política americana diz que nem no pior de seus pesadelos em relação a uma gestão Elizabeth Warren ou Bernie Sanders, senadores mais à esquerda e derrotados por Biden nas primárias do Partido Democrata, imaginava cenário semelhante. A perspectiva de o empresariado nacional ter seu sono perturbado pelo fortalecimento sindical e pela elevação do custo do trabalho, porém, está contida pela reforma trabalhista do governo Michel Temer. As mudanças foram ancoradas no Congresso Nacional, que preserva o mesmo viés sob o governo Jair Bolsonaro e se arregimenta para mantê-lo sob qualquer presidente que venha a assumir em 2022.

Um símbolo da resistência é a tramitação travancada dos projetos que visam dar mais segurança e garantias aos entregadores de aplicativos, categoria que a Pnad-covid contabilizava com 916 mil trabalhadores em todo o país em maio do ano passado, o dobro do contingente de 2015. Há mais de 60 projetos em tramitação na Câmara dos Deputados sobre o tema, a maioria dos quais apresentados no ano passado, depois de uma greve nacional dos entregadores. Os projetos vão da obrigatoriedade de seguro contra acidentes e doença ao fim dos bloqueios das empresas, passando por uma política de reajuste anual. Um dos projetos, encabeçado pelo deputado Ivan Valente (Psol-SP), chegou a entrar na pauta em regime de urgência, mas nunca chegou a ser votado.

Levantamento conduzido pelo Ministério Público do Trabalho, no fim do ano passado, mostrou que, a despeito de a demanda pelos serviços dos aplicativos ter crescido com a pandemia, a renda caiu para mais da metade dos entregadores. Isso porque as empresas se valeram de uma maior oferta de trabalhadores, provocada pelo desemprego, para reduzir a taxa de entrega. Ainda que os projetos não tenham sido aprovados, houve concessões localizadas, como o fim da política de pontos, que prejudica, por exemplo, quem recusa uma entrega. As concessões, porém, não foram suficientes para conter o azedume. Na última sexta-feira da fase emergencial em São Paulo, os entregadores voltaram a parar. A principal reivindicação foi a de que o valor da taxa mínima de entrega (válida para corridas de até 5 quilômetros) passasse de R\$ 5 para R\$ 10. A mobilização, toda feita por WhatsApp, ignorou a organização sindical.

Para o professor da USP e estudioso do tema Ruy Braga, a confusa identidade coletiva dos entregadores é um dos obstáculos à sindicalização. Os mais jovens, que moram com os pais e têm na entrega seu primeiro bico, preferem manter autonomia desde que melhor remunerada. São os mais velhos que se ressentem da ausência de descanso remunerado, férias e seguro-desemprego, a despeito de ganharem até um pouco mais com os aplicativos do que em seus antigos empregos formais. Há ainda aqueles que já eram entregadores antes da pandemia em contratos de trabalho intermitente com empresas de logística, algumas delas de propriedade dos grupos mais conhecidos pelo atendimento ao varejo, como Uber, Loggi e Rappi. É entre esses que ainda se encontra alguma presença de sindicatos, excluídos, porém, das grandes mobilizações da categoria.

Braga divisa ainda na suscetibilidade ao discurso da segurança pública uma diferença importante entre aqueles que fazem entrega de moto ou de bicicleta. Quem se endivida para comprar uma moto e é furtado fica com a dívida e sem o meio para pagá-la. Por mais que os grupos de entregadores antifascistas lhes façam contraponto, é nítida, para o pesquisador, a reverberação do discurso prede-arrebenta do presidente da República. Não é o único eco. Se a crítica bolsonarista à política de reajuste dos combustíveis derrubou um presidente da Petrobras, em nada divide os entregadores.

Ao se debruçar sobre as jornadas de junho de 2013, Braga identificou, entre os manifestantes de mais baixa renda, o perfil comumente encontrado entre operadores de telemarketing: um filho de empregada doméstica que conseguiu se inserir no setor formal da economia mas descobriu que isso não pagava suas contas. Agora, diz, a insatisfação avançou duas casas. Muita gente que saiu de seus empregos mal remunerados não apenas deixou de usufruir dos benefícios do trabalho formal como também já não consegue, com as entregas da pandemia, arcar com as despesas mínimas de suas famílias. Podem até ser simpáticos ao que o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto chama de VIA (vacina, isolamento e auxílio), mas o que os agrega mesmo é a melhoria na remuneração.

Nem por isso há aí uma centelha de mobilização à vista. Esta não depende apenas dos trabalhadores que foram mais demandados na pandemia, desde as entregas até o setor de saúde, como também dos milhões que perderam familiares e amigos e dos estudantes que, sem apoio para o ensino remoto, não tiveram como se manter na escola. Como diz Krugman, a pauta tem que contaminar a política.

As centrais sindicais repetirão, no de 1º de Maio, o ato de 2020, reunindo os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), os ex-candidatos à Presidência Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (PDT), o governador do Maranhão, Flavio Dino (PCdoB), e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM). Uma reunião viabilizada pelo Zoom mas que está por se provar real quando os brasileiros voltarem a dividir o asfalto com os entregadores.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br